

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

231 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 17 a 21 de fevereiro de 2025

1. CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA DE MUNIQUE	1
2. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU	4
Segurança e Defesa	4
Assuntos Externos	5
3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34 - RELATÓRIO DO PE	5
4. COMISSÃO - VISÃO PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO	7
5. FÁBRICAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	8
6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - SEMANA PARLAMENTAR EUROPEIA	9
7. EUROBARÓMETRO - PREOCUPAÇÕES DOS JOVENS DA UE	10
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	10
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10
Cooperação interparlamentar	10

1. CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA DE MUNIQUE

Teve lugar, de 14 a 16 de fevereiro de 2025, a **61ª Conferência de Segurança de Munique**, que reuniu líderes globais para debater os desafios críticos da segurança internacional. Os principais tópicos abordados incluíram a guerra na Ucrânia, as relações transatlânticas e a defesa europeia. Todo o detalhe está disponível [aqui](#).

Como é tradicional, foi apresentado nesta ocasião o relatório anual desta Conferência, que enquadra os debates e que está disponível [aqui](#). Sintetizamos as principais ideias deste documento, intitulado: **"Multipolarization – Munich Security Report 2025"**

1. **Contexto - Um Mundo em Multipolarização:** O **Munich Security Report 2025** argumenta que, embora o mundo ainda não seja estritamente multipolar, está claramente em processo de **multipolarização**. Isto significa uma redistribuição crescente do poder entre um número maior de atores globais, acompanhada de uma **polarização interna e internacional**, o que dificulta abordagens conjuntas para enfrentar crises e ameaças globais. O relatório analisa como diferentes países respondem a esta nova realidade, destacando que as visões sobre a multipolaridade são divergentes. Para alguns, representa uma oportunidade de tornar a governação global mais inclusiva; para outros, aumenta o risco de instabilidade e conflito.

2. **Os Grandes Atores no Novo Cenário Geopolítico:** o relatório examina as respostas dos principais polos emergentes:

- **Estados Unidos:** A reeleição de **Donald Trump** marca o fim do consenso pós-Guerra Fria sobre o papel dos EUA como principal garante da ordem liberal internacional. A sua administração dá prioridade à competição com a China e adota uma política externa mais unilateralista, o que pode enfraquecer a segurança europeia e forçar os aliados da NATO a assumir maiores responsabilidades na sua defesa.
- **China:** Apresenta-se como defensora de uma ordem multipolar e como porta-voz do "Sul Global". No entanto, muitos países do Ocidente consideram esta retórica como um disfarce para reforçar a sua posição na rivalidade com os EUA. Apesar do seu sucesso económico e militar, a China enfrenta desafios internos e crescente resistência de países vizinhos e da Europa.
- **União Europeia:** A guerra na Ucrânia, a fragmentação política interna e os desafios económicos minam a capacidade da UE para atuar como um polo autónomo. A nova administração dos EUA poderá enfraquecer ainda mais a segurança europeia e incentivar movimentos populistas que criam divisões dentro da União.
- **Rússia:** Continua a promover uma ordem multipolar baseada na ideia de "Estados Civilizacionais", onde potências regionais dominam as suas esferas de influência. A guerra na Ucrânia continua a ser central para a sua estratégia, mas enfrenta dificuldades económicas e o impacto das sanções internacionais.
- **Índia, Japão, Brasil e África do Sul:** Cada um destes países procura afirmar-se como um ator global mais relevante, mas enfrenta desafios estruturais. A Índia mantém uma estratégia de alinhamento múltiplo, o Japão preocupa-se com a sua segurança face à ascensão da China, o Brasil pretende fortalecer a sua influência através do BRICS e da reforma da governação global, enquanto a África do Sul critica a ordem internacional vigente, mas vê a sua posição de liderança regional a enfraquecer.

3. **Desafios e Riscos** - A multipolarização crescente traz consigo desafios significativos:

- **Competição acrescida entre grandes potências, aumentando o risco de conflitos.**

- **Polarização ideológica crescente**, com democracias e autocracias a promover modelos de ordem concorrentes.
- **Dificuldade em adaptar e reforçar instituições internacionais**, como a ONU e o G20, para refletir a nova distribuição do poder global.
- **Fragmentação económica**, com o aumento do protecionismo e o risco de guerras comerciais entre os EUA, a UE e a China.
- **Riscos para a governação global**, dificultando a coordenação de respostas a desafios transnacionais como as alterações climáticas e pandemias.

4. **O caminho a seguir:** para evitar que a multipolarização leve a uma fragmentação desordenada, os atores globais terão de procurar um caminho de **despolarização**, reforçando regras e normas internacionais. A forma como os EUA, a China e a Europa lidarem com esta nova realidade em 2025 será determinante para definir o equilíbrio global nos próximos anos.

A Conferência de Segurança de Munique 2025 sublinhou que **a Europa não só enfrenta uma Rússia hostil e revisionista a Leste, como também tem de lidar com a desunião no Ocidente**. Num mundo moldado pela “multipolarização”, os defensores de uma ordem internacional baseada em princípios universais terão de investir mais e forjar novas parcerias para a defender.

Conforme se pode ler na própria página da Conferência ([aqui](#)), este evento é frequentemente descrito como o local onde se mede a temperatura da política mundial e se avalia o estado da parceria transatlântica. Este ano, a única questão que se colocava era:

Quão má é a situação? Depois de as mensagens confusas da nova administração dos EUA já terem intensificado as preocupações entre os aliados americanos, o anúncio surpresa do Presidente dos EUA, Donald Trump, de uma longa conversa telefónica com o Presidente russo, Vladimir Putin, juntamente com o esboço do Secretário da Defesa dos EUA, Pete Hegseth, de um potencial acordo de paz com a Rússia, na véspera da conferência, colocou a maioria dos participantes em alerta máximo. O terrível ataque terrorista em Munique, que causou pelo menos duas mortes, aumentou a tensão ainda antes do início oficial da conferência.

Key Points

- 1 JD Vance's first major foreign policy speech as US Vice President shook the transatlantic partnership to its core. To many participants, this year's transatlantic family reunion felt like a disunion.
- 2 The Trump administration's policies may accelerate the world's "multipolarization." Europeans are seeing an ever greater need to become an independent pole to secure their own destiny, while many in the Global Sou...
- 3 The beginning negotiations on a peace deal for Ukraine – and the overall fate of the country – will provide a glimpse into the emerging order, which increasingly appears to be shaped by great-power deals rather than by...
- 4 The defenders of an international order based on universal rules will have to forge new partnerships and increase their investments. But debates in Munich left unclear whether these actors are willing and able to do so.

No **sumário das principais questões debatidas**, podemos identificar as seguintes:

1. Desunião Transatlântica e Multipolarização: A Conferência de Segurança de Munique 2025 evidenciou a crescente fragmentação do Ocidente num contexto de multipolarização global. Para além da ameaça russa a leste, a Europa enfrenta uma desunião transatlântica cada vez mais acentuada. A administração de Donald Trump nos EUA adotou uma postura ambígua em relação à NATO e à segurança europeia, aumentando as preocupações entre os aliados.

O **discurso do Vice-Presidente JD Vance** marcou um momento de rutura, criticando a Europa não pela sua defesa, mas pela sua interpretação dos valores democráticos, como a liberdade de expressão e a gestão da

imigração. Esta retórica gerou forte reação por parte dos líderes europeus, que defenderam os princípios fundamentais das suas democracias.

2. O Impacto da Nova Política Externa dos EUA: A política externa da administração Trump indicou uma diminuição do compromisso dos EUA com a Europa, tanto no âmbito da defesa como na coordenação de estratégias geopolíticas. O anúncio de negociações diretas entre Washington e Moscovo, sem a participação da Ucrânia ou dos aliados europeus, foi criticado pelos líderes europeus, que alertaram para os riscos de um "acordo imposto".

O Presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy enfatizou a necessidade de um posicionamento forte e autónomo da Europa, alertando que a segurança do continente está em risco se depender exclusivamente dos EUA. A mensagem foi clara: "Se não for Bruxelas, será Moscovo".

3. O Fim da Era da Dependência Europeia dos EUA: O debate sobre o futuro da segurança europeia dominou a conferência, com os líderes a reconhecerem a necessidade de maior autonomia estratégica. O Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, defendeu que a Europa deve aumentar os seus investimentos em defesa para mais de 3% do PIB, enquanto Ursula von der Leyen sugeriu flexibilizar as regras orçamentais da UE para permitir mais investimentos militares.

No entanto, há dúvidas sobre a capacidade política e económica da Europa para acelerar esta mudança. Os líderes presentes admitiram que, apesar das várias "chamadas de atenção" anteriores, a Europa ainda não está preparada para assumir a sua defesa sem o apoio dos EUA.

4. Multipolaridade e as Perspetivas do Sul Global: A conferência também revelou o impacto da crescente multipolaridade no Sul Global. Países da África, Ásia e América Latina expressaram sentimentos mistos: por um lado, reconhecem as oportunidades desta nova ordem; por outro, temem a falta de um ator global que estabilize o sistema.

- A China aproveitou o momento para se apresentar como um fator de estabilidade, criticando os EUA pelo seu isolamento e reforçando o seu compromisso com o multilateralismo.
- Países africanos e latino-americanos destacaram a necessidade de uma cooperação menos condicional por parte da Europa e de novos formatos de parceria.

5. O Futuro da Ordem Global: A transição para um mundo mais multipolar acarreta riscos, nomeadamente a fragilização das normas internacionais. Líderes da ONU alertaram que, sem regras claras, a nova ordem global poderá ser marcada pelo caos, imprevisibilidade e aumento dos conflitos.

Embora alguns países vejam este momento como uma oportunidade para redefinir relações globais, a incerteza sobre quem preencherá o vazio deixado pelos EUA continua a ser um dos principais desafios.

No que diz respeito aos desenvolvimentos recentes na política internacional, importa dar nota de que o Presidente francês, Emmanuel Macron, convocou duas cimeiras de emergência (detalhes [aqui](#)) e será recebido na Casa Branca na próxima segunda-feira.

Finalmente, damos nota de que o Instituto Bruegel publicou hoje um estudo intitulado ***"Defender a Europa sem os EUA: primeiras estimativas do que é necessário"***, em que conclui que a Europa poderá precisar de mais 300 000 soldados e de um aumento anual das despesas com a defesa de, pelo menos, 250 mil milhões de euros a curto prazo para impedir a agressão russa. Está disponível [aqui](#).

2. COMISSÕES DO PARLAMENTO EUROPEU

Segurança e Defesa

A Comissão SEDE promoveu uma troca de pontos de vista com [Marcos PERESTRELLO](#), **Presidente da Assembleia Parlamentar da NATO (AP-NATO)**, realizada em conjunto com a Delegação para as Relações com a Assembleia Parlamentar da NATO ([DNAT](#)) (vídeo disponível [aqui](#)).

Na sua intervenção, o Deputado Marcos Perestrello recordou o 75.º aniversário da NATO e o 70.º aniversário da AP-NATO, reforçando o papel fundamental que a Assembleia tem desempenhado no fortalecimento da defesa coletiva e da coesão transatlântica. Destacou que a AP-NATO:

- Aproxima os cidadãos da Aliança, garantindo apoio à NATO nos parlamentos e governos aliados.
- Fortalece os laços transatlânticos, promovendo os valores democráticos e a confiança entre os aliados.
- Contribui para influenciar políticas de segurança e defesa, ajudando a definir prioridades estratégicas.

Sublinhou ainda a necessidade de reforçar a cooperação entre a AP-NATO e o Parlamento Europeu, afirmando estar *“convencido de que a Assembleia Parlamentar da NATO e o Parlamento Europeu podem melhor alavancar a nossa parceria única para avançar prioridades comuns.”*

Em seguida, destacou que a NATO continua a ser o pilar essencial da defesa coletiva e dos valores democráticos partilhados, chamando a atenção para o facto de que a unidade transatlântica não pode ser considerada garantida, sendo necessário um compromisso contínuo: *“Mesmo nos períodos mais tensos, Europa e América do Norte uniram-se, pois os nossos líderes compreenderam que a nossa segurança está interligada.”*

Alertou para o risco de divisões dentro da Aliança, notando que *“Quando parecemos divididos, a opinião pública fica confusa, e os únicos vencedores são Putin e Xi.”*

Afirmou que ***“Unidos resistimos, divididos caímos.”*** e que *“Todos devemos trabalhar arduamente para preservar a confiança e a credibilidade mútua. Este não é o momento para nos afastarmos nem para nos virarmos uns contra os outros. A Europa e a América do Norte precisam uma da outra. Nenhum de nós pode dar-se ao luxo de seguir sozinho.”* Porém, alertou que *“Naturalmente, não podemos ignorar que houve uma mudança de tom e de abordagem. Ouvimo-lo em Munique. Temos vindo a ouvi-lo nas últimas semanas.”*, acrescentando que *“também não podemos ignorar que isso exigirá algumas mudanças e adaptações. Todos os Aliados terão de se ajustar e encontrar o seu lugar nesta nova abordagem da relação transatlântica.”* Porém, notou que *“devemos discutir abertamente as nossas diferenças, como aliados e amigos. Mas devemos fazê-lo nos órgãos institucionais adequados, e não em público. O debate público, tal como tem sido conduzido atualmente, transmite uma imagem de discórdia e divisão.”*

No que diz respeito à partilha de responsabilidades e aumento do investimento em defesa, reconheceu que a Europa e o Canadá devam assumir uma maior responsabilidade na defesa coletiva, e defendeu que a Cimeira da NATO em Haia deve definir os recursos necessários para garantir as capacidades militares essenciais, sugerindo que os aliados considerem um aumento para 3% ou 3,5% do PIB em defesa.

Sublinhou ainda o papel da União Europeia, que deve apoiar este esforço através de:

1. *Aumento significativo do Fundo Europeu de Defesa, atualmente com apenas 0,6% do orçamento da UE.*
2. *Permissão para o Banco Europeu de Investimento financiar projetos de defesa, eliminando as restrições existentes.*
3. *Flexibilização do Pacto de Estabilidade e Crescimento para permitir investimentos na defesa, aplicável apenas aos países que já atingiram a meta dos 2%.*

Para além do reforço do investimento em defesa, o Presidente da AP-NATO destacou quatro áreas prioritárias para uma cooperação mais estreita entre a Assembleia e o Parlamento Europeu:

1. Apoio à Ucrânia

Sublinhou que a Europa deve assumir as suas responsabilidades e apoiar a Ucrânia “pelo tempo que for necessário”, garantindo que qualquer acordo de paz proteja a soberania do país e impeça novas agressões.

2. Resiliência Democrática e Combate à Subversão Estrangeira

Alertou para as ameaças persistentes da Rússia, China, Irão e Coreia do Norte contra as democracias ocidentais, incluindo a desinformação e interferência política, destinadas a enfraquecer processos eleitorais e instituições democráticas, bem como os ciberataques e sabotagem de infraestruturas críticas, como redes energéticas e cabos submarinos de comunicação.

Defendeu a criação de um **Centro de Resiliência Democrática na NATO** e propôs que a AP-NATO e o Parlamento Europeu trabalhem juntos para enfrentar estas ameaças.

3. Estabilidade nas Fronteiras da Europa

Sublinhou a necessidade de uma resposta coordenada às crises na vizinhança da Europa, especialmente no Médio Oriente, onde conflitos de grande escala ameaçam desestabilizar ainda mais a região.

4. Construção de Parcerias Globais: Sugeriu um maior envolvimento da NATO com democracias não-alinhadas, como o Brasil e a Índia, para reforçar a resposta global às ameaças comuns.

O Presidente da AP-NATO encerrou a sua intervenção com um apelo à unidade e ao reforço do compromisso com a segurança e a democracia: *“Para restaurar a paz na Europa e defender o nosso modo de vida democrático, devemos mobilizar os nossos cidadãos em torno de uma agenda para a paz, a segurança e a democracia.”* Reforçou que esta agenda exige uma *“Europa forte, uma União Europeia forte e uma NATO forte”*, propondo a realização de reuniões regulares entre a AP-NATO e o Parlamento Europeu para coordenar esforços e fortalecer a defesa transatlântica. *“O tempo para hesitação acabou. Temos uma guerra no coração da Europa. Vivemos num novo mundo de competição estratégica. Devemos agir em conformidade.”*

Assuntos Externos

No dia 19 de fevereiro, a Comissão AFET realizou uma Reunião Interparlamentar, na qual mais de 40 membros de Parlamentos nacionais estiveram presentes (detalhe [aqui](#)). A Assembleia da República esteve representada através de uma delegação composta pelos Deputados Carlos Eduardo Reis (PSD), Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e Paulo Pisco (PS), Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, bem como pelo Deputado Ricardo Carvalho (PSD) e pela Deputada Ana Sofia Antunes (PS), da Comissão de Assuntos Europeus. Houve duas sessões, que se centraram nas **relações transatlânticas em tempos desafiantes e no papel da União Europeia num mundo cada vez mais multipolar**. Rosa Balfour (Carnegie Europe) e [Jim Cloos](#) (TEPSA) foram os oradores principais nas respetivas sessões, tendo os Deputados Ricardo Carvalho e Paulo Pisco participado do debate.

3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34 - RELATÓRIO DO PE

No dia 19 de fevereiro, os co-relatores do PE para o próximo orçamento de longo prazo da UE (quadro financeiro plurianual – QFP), **Siegfried Mureşan (PPE, Roménia)** e **Carla Tavares (S&D, Portugal)**, apresentaram o seu projeto de relatório de iniciativa *“Um orçamento de longo prazo renovado para a União num mundo em mudança”*. O detalhe do relatório está disponível [aqui](#), estando a sua adoção prevista

para a sessão plenária do PE do mês de maio. O relatório pretende moldar a visão do Parlamento sobre a conceção e o financiamento do QFP pós-2027.

Recorde-se que, tal como demos nota na Síntese anterior, a Comissão Europeia publicou uma Comunicação sobre "*O Caminho para o Próximo Quadro Financeiro Plurianual*", que descreve os principais desafios políticos e orçamentais que moldarão o próximo [orçamento](#) de longo prazo da UE (detalhe [aqui](#)). A proposta formal para o próximo Quadro Financeiro Plurianual deverá ser apresentada em julho de 2025, com a implementação prevista para janeiro de 2028.

O projeto de relatório do Parlamento Europeu sobre a reformulação do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2027 propõe um orçamento da União mais robusto, flexível e alinhado com os desafios políticos, económicos e sociais emergentes. Defende uma reestruturação das prioridades orçamentais, garantindo que a União Europeia possa responder eficazmente a crises, reforçar a competitividade, impulsionar a coesão social e económica e reforçar a segurança e a defesa. Destacamos o seguinte:

1. Orçamento de Longo Prazo com um Novo Foco de Despesas

A proposta enfatiza a necessidade de redirecionar os investimentos do orçamento europeu pós-2027 para enfrentar os desafios estruturais da União. As principais áreas prioritárias incluem:

1.1. Competitividade, Autonomia Estratégica e Coesão

- Reforço da inovação e competitividade: A UE precisa de aumentar os investimentos em digitalização, inteligência artificial e tecnologias emergentes.
- Fecho da lacuna de investimento: O relatório Draghi estima que a UE precise de 750 a 800 mil milhões de euros anuais em investimentos para manter a sua competitividade.
- Autonomia estratégica: Maior foco na produção industrial e tecnológica dentro da UE para reduzir dependências externas.
- Coesão económica e social: Modernização das políticas de coesão para combater disparidades regionais e a crise da habitação.

1.2. Transições Verde e Digital

- Objetivo de neutralidade climática até 2050, com aumento do financiamento para energias limpas e infraestruturas sustentáveis.
- Investimento em digitalização para manter a UE competitiva na revolução tecnológica.
- Apoio às regiões mais afetadas pela transição energética, garantindo que ninguém fica para trás.

1.3. Segurança e Defesa

- Resposta ao aumento das ameaças geopolíticas, incluindo a guerra na Ucrânia e ameaças híbridas como desinformação e ataques cibernéticos.
- Aumento significativo no financiamento da defesa, incluindo um novo compromisso da NATO para reforçar as capacidades militares da UE.
- Fundo Europeu de Defesa expandido para impulsionar a indústria militar e garantir interoperabilidade de equipamentos.

2. Um Orçamento Mais Flexível e Transparente

- Maior capacidade de resposta a crises: O novo QFP deve incluir margens financeiras significativas para situações imprevistas, evitando cortes em programas existentes.
- Redução da complexidade administrativa, tornando os fundos mais acessíveis e transparentes.

- Revisão dos mecanismos de financiamento, incluindo novos recursos próprios da UE para garantir receitas estáveis e sustentáveis.

3. Ação Externa e Expansão da UE

- Maior apoio financeiro aos países candidatos à adesão, especialmente Ucrânia e Balcãs Ocidentais.
- Refinamento das políticas de ajuda humanitária e cooperação para o desenvolvimento, com ênfase na resposta rápida a crises globais.
- Reforço da resiliência económica e diplomática da UE para lidar com uma ordem global mais multipolar.

4. Reforço do Estado de Direito e Valores Europeus

- Ligação entre financiamento e respeito pelo Estado de Direito: Países que não cumprem os valores fundamentais da UE devem enfrentar sanções financeiras.
- Melhor proteção dos fundos europeus contra fraude e corrupção.
- Promoção da participação cívica e dos direitos fundamentais, com destaque para a juventude e a inclusão social.

5. Financiamento Sustentável e Reformulação das Receitas da UE

- Introdução de novos recursos próprios, como impostos sobre transações financeiras ou receitas do mercado de carbono, para reduzir a dependência das contribuições nacionais.
- Maior eficiência na gestão da dívida da UE, garantindo que os custos da recuperação pós-pandemia e da transição ecológica sejam sustentáveis no longo prazo.

Na apresentação feita na Comissão dos Orçamentos, os correlatores Siegfried Mureşan (PPE, romeno) e Carla Tavares (S&D, portuguesa), alertaram, a 19 de fevereiro, para os **riscos da proposta da Comissão Europeia de fundir vários fundos europeus num número reduzido de instrumentos orçamentais**, cuja gestão seria transferida para os Estados-Membros. Estas declarações surgiram em resposta à proposta da Comissão de se inspirar nos planos nacionais de recuperação pós-Covid-19, que condicionaram a atribuição de fundos europeus à realização de investimentos e reformas.

A Deputada Carla Tavares expressou preocupação com o impacto da simplificação do orçamento da UE, defendendo que a transparência na gestão dos fundos é essencial. Carla Tavares destacou que a UE atravessa um momento difícil e que o grande desafio será *"não deixar ninguém para trás"*, assegurando o financiamento da política de coesão enquanto se definem novas prioridades políticas. Referiu que *"No que diz respeito à Coesão, consideramos que o que funcionou bem deve ser preservado. A coesão social, económica e territorial é uma pedra angular da integração europeia e é vital para unir a União e aprofundar o mercado único."*

O principal desafio será encontrar um equilíbrio entre as políticas tradicionais (agricultura e coesão) e as novas áreas prioritárias (segurança e defesa, inovação). No entanto, alertou que a UE *"não poderá fazer mais com menos recursos"*, razão pela qual o PE e a Comissão Europeia pressionam os Estados-Membros a avançar com novas fontes de receita próprias para o orçamento europeu. Um dos desafios do QFP pós-2027 será a amortização do Plano de Recuperação Europeu (NextGenerationEU), cujos reembolsos começarão em 2028, representando um encargo anual estimado entre 20 e 35 mil milhões de euros.

4. COMISSÃO - VISÃO PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

A Comissão Europeia apresentou esta semana a sua *"Visão para a Agricultura e Alimentação"*, um roteiro ambicioso para o futuro da agricultura e do setor agroalimentar na União Europeia (UE). Este plano visa tornar o setor mais atraente, competitivo, resiliente, sustentável e justo, garantindo a segurança alimentar e a soberania

da UE face aos desafios globais e mudanças climáticas. A Comissão propõe simplificar as políticas agrícolas e aumentar a inovação e digitalização, com planos para uma estratégia digital para a agricultura e um pacote de simplificação da legislação agrícola até 2025.

O roteiro está centrado em quatro áreas prioritárias:

- garantir que a **agricultura seja um setor atraente para os jovens**, com rendimentos justos e apoio público adequado;
- **tornar o setor competitivo e resiliente**, mantendo padrões elevados de segurança alimentar e alinhando os padrões de produção de produtos importados com os da UE;
- **assegurar que a agricultura contribua para a transição para uma economia de baixo carbono**, recompensando práticas agrícolas sustentáveis e promovendo o uso eficiente da água;
- **e melhorar as condições de vida e trabalho nas áreas rurais**, com um plano de ação rural atualizado e o lançamento de um Diálogo Alimentar anual entre consumidores, agricultores, indústria e autoridades públicas.

A Comissão sublinha ainda que a futura Política Agrícola Comum (PAC) será mais simples e mais focada, com maior apoio aos agricultores que se dedicam ativamente à produção alimentar, incluindo jovens agricultores e aqueles que operam em áreas de restrições naturais. A PAC deverá ser baseada em incentivos e não em condições rigorosas. A Comissão compromete-se a trabalhar de perto com o setor agroalimentar para fortalecer a competitividade e resiliência das áreas rurais e promover a ligação entre alimentos, território e tradições.

5. FÁBRICAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Demos nota, na Síntese anterior, de que entre 6 a 11 de fevereiro de 2025, a França foi anfitriã, juntamente com a Índia, de uma **Cimeira de ação sobre a inteligência artificial - IA** (detalhe [aqui](#)). Esta semana, o think tank do PE publicou um estudo sobre a criação de fábricas de IA.

Este trabalho, disponível [aqui](#), assinala que a **UE avançou significativamente na regulamentação da inteligência artificial (IA)** com a adoção do Regulamento da Inteligência Artificial (AI Act) em junho de 2024. Agora, o foco está na promoção da inovação em IA, com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a comprometer-se a **criar fábricas de IA nos primeiros 100 dias do seu mandato**. Estas fábricas permitirão a empresas e investigadores aceder aos supercomputadores europeus, adaptados às necessidades da IA.

As fábricas de IA combinam supercomputadores, dados e capital humano, sendo impulsionadas pelo European High Performance Computing Joint Undertaking, que financia metade dos custos de aquisição e operação dos supercomputadores otimizados para IA. Foram selecionados sete consórcios para estabelecer estas fábricas na Finlândia, Luxemburgo, Suécia, Alemanha, Itália, Espanha e Grécia, com novas propostas esperadas para fevereiro de 2025. Estas fábricas reforçam a autonomia estratégica da UE, apoiam start-ups, indústria e academia, reduzem os custos e tempos de treino de modelos de IA, facilitam o acesso a dados e promovem o desenvolvimento de competências. Contudo, permanecem desafios, como simplificar o processo de candidatura a recursos computacionais, melhorar a eficiência energética dos supercomputadores, garantir acesso rápido a chips de IA de ponta e acelerar a implementação das fábricas. Se superados, estes desafios poderão consolidar a posição da UE na inovação em IA. Paralelamente, será necessário investir na modernização da infraestrutura de computação em nuvem.

6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - SEMANA PARLAMENTAR EUROPEIA¹

Decorreu nos dias 17 a 18 de fevereiro, em Bruxelas, a [Semana Parlamentar Europeia](#), que incluiu a Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE, organizada pela dimensão parlamentar da Presidência polaca, que contou com a participação de uma delegação da Assembleia da República, composta pelos Deputados da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública Alberto Fonseca (PSD) – chefe da delegação –, *António Mendonça Mendes (PS)* e *André Abrantes Amaral*, bem como da Comissão de Assuntos Europeus *Ricardo Araújo (PSD)* e *Ana Sofia Antunes (PS)* e ainda da Comissão do Trabalho, Segurança Social e Inclusão *Sónia Ramos (PSD)* e *Fernando José (PS)*.

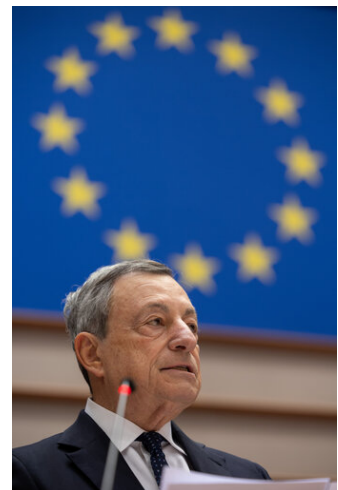
Da [agenda](#) da Conferência para o dia 17 de fevereiro, constavam as reuniões dos grupos políticos e a sessão de abertura: «*prioridades da UE para promover o crescimento, competitividade e estabilidade*», na qual participou a Presidente do PE, Roberta Metsola, o Presidente do Sejm da República da Polónia Szymon Hołownia e a Presidente do Senado da República da Polónia Małgorzata Kidawa-Błońska. Constavam ainda as reuniões das Comissões Interparlamentares a decorrer em paralelo, nomeadamente a Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e a Comissão de Orçamentos.

A Comissão de Assuntos Económicos e Monetários teve duas sessões: «*o futuro da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais*» e «*criando um ecossistema para investimentos europeus*», nas quais se discutiu a nova realidade mundial no tocante à competitividade, instabilidade, novos desafios e direitos sociais.

Por sua vez, também a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais integrou duas sessões, como sendo a «*IA e o mercado de trabalho, com destaque para a alteração das condições de trabalho*» e «*o papel das políticas sociais e de emprego no quadro revisto de governação económica da UE*», tendo sido discutidas as temáticas como o impacto da digitalização e da inteligência artificial nas relações laborais e a implementação das políticas sociais no futuro, em articulação com um quadro de investimento eficiente, cumprindo destacar a intervenção Senhor Deputado Fernando José (PS) na primeira sessão e da Senhora Deputada Sónia Ramos (PSD) na segunda sessão, na qualidade de oradora principal.

No âmbito dos trabalhos da Comissão de Orçamento, foram igualmente realizadas duas sessões: «*colmatar o défice de competitividade: como aumentar as sinergias entre os orçamentos nacionais e o Quadro Financeiro Plurianual pós-2027*» e «*bens públicos europeus: como identificá-los e financiá-los?*», abordando-se matérias como as prioridades da UE à luz do orçamento de longo prazo da UE, o seu papel na concretização das mesmas, o financiamento da defesa por parte da União e o conceito de bens públicos europeus.

Por fim, no dia 18 de fevereiro, tiveram lugar duas sessões plenárias: «*melhoria da competitividade da UE através do mercado único, política de inovação, melhor regulamentação e empregos de qualidade*», na qual foi orador principal Mario Draghi, ex-Primeiro Ministro da República Italiana e ex-Presidente do Banco Central Europeu, que [apresentou as principais ideias do seu relatório](#) sobre a competitividade europeia, tendo contado com as intervenções do Senhor Deputado Ricardo Araújo (PSD) e da Senhora Deputada Ana Sofia Antunes (PS), e «*os primeiros planos nacionais no âmbito do quadro de governação económica revisto – lições aprendidas*», na qual se refere, a título também de orador principal, a intervenção do Senhor Deputado Alberto Fonseca (PSD). Toda a documentação referente à reunião está disponível [aqui](#). Os vídeos e fotos estão disponíveis [aqui](#).



¹ Ponto elaborado por Jorge Gasalho, assessor da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

7. EUROBARÓMETRO - PREOCUPAÇÕES DOS JOVENS DA UE

Foi publicado esta semana o Eurobarómetro sobre as principais preocupações dos jovens da UE [aqui](#)):

- a **luta contra o aumento dos preços** deveria ser prioridade absoluta em toda a Europa, dizem jovens entre os 16 e os 30 anos
- os jovens dos países de **Leste** da UE preocupam-se mais com a **segurança e a defesa**
- Para 42% dos inquiridos, as **redes sociais constituem a principal fonte de notícias** sobre questões políticas e sociais
- 76% dos inquiridos consideram ter **sido expostos a desinformação na semana anterior** à realização do inquérito e 70% estão confiantes de que a conseguem reconhecer

Os dados específicos sobre os resultados em Portugal estão disponíveis [aqui](#).

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: [Eurogrupo](#); [Reunião informal do Conselho dos Assuntos Gerais](#); [Conselho ECOFIN](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#), e inclui uma visita a Kyiv.

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade externa do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [26 de fevereiro](#), destacando-se **Pacto Industrial Limpo**; **Primeiro pacote Omnibus sobre sustentabilidade**; **Segundo pacote Omnibus sobre** simplificação do investimento; Plano de Ação sobre Energia Acessível.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 24 de fevereiro - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); 25 de fevereiro: [Conselho \(Assuntos Gerais\)](#)

Cooperação interparlamentar

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência polaca do Conselho da UE, terá lugar, nos dias 23 e 24 de fevereiro, a 16.ª reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol, em Varsóvia (Senado polaco). A Assembleia da República estará representada pela seguinte delegação: *Deputada Cláudia Santos (PS)* e *Deputado Fabian Figueiredo (BE)*, pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; *Deputado Paulo Moniz (PSD)* e *Deputado Rui Tavares (L)*, pela Comissão de Assuntos Europeus. Detalhe e documentos [aqui](#).

Bruxelas | 21 de fevereiro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).